

Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer

Analyses of the urban life quality from the perspective of public leisure spaces

Lucimara Albieri de Oliveira
Juan José Mascaró

Resumo

Este trabalho analisa a qualidade de vida urbana através de um estudo de caso na cidade de Passo Fundo, RS, sob a ótica dos espaços públicos destinados ao lazer. Classifica os espaços conforme as tipologias encontradas na cidade (parques, praças, largos e terreiros) e investiga seu quadro evolutivo ao longo dos anos. Analisa a quantidade desses espaços juntamente com a sua infra-estrutura, equipamentos, mobiliário urbano e estado de conservação e manutenção, além de fazer um contraponto com a distribuição espacial e a densidade populacional. Faz-se uma reflexão sobre o planejamento urbano, investigando em que medida os espaços públicos de lazer podem desempenhar funções de qualificação ambiental e urbanística da cidade enquanto elementos de planejamento e desenho urbano. A qualidade urbana se reflete nos espaços públicos de lazer existentes em uma cidade, tanto em nível quantitativo como qualitativo, isto é, não é suficiente apenas quantificá-los, mas se deve também fazer uma análise mais detalhada sobre a qualidade desses espaços e o atendimento aos habitantes de maneira igualitária. A inserção ou a otimização desses espaços na malha urbana representam um desafio importante, seja pelas transformações nas demandas sociais, como também pelos limites legais do poder público e pelas forças do mercado imobiliário. Assim, o crescimento desordenado das cidades e as políticas de gerenciamento, que nem sempre contemplam o interesse coletivo, criam reflexos na distribuição, tipologia e manutenção dos espaços públicos de lazer, favorecendo apenas parte da população.

Palavra-chave: Espaços públicos de lazer. Planejamento urbano. Qualidade urbana.

Abstract

This research work analyses the quality of urban life from the point of view of leisure public spaces through a case study in the city of Passo Fundo, State of Rio Grande do Sul. Those spaces were classified in typologies (parks, public squares, plazas and yards), and their evolution through several years were investigated. They were also analysed in quantitative terms, and according to the existing infra structure, equipment, urban furniture, conservation and maintenance state, comparing with their spatial distribution and population density. A reflection on urban planning is made, investigating how such public spaces could contribute to environmental and urban qualification of the town, as elements of urban planning and design. Urban quality depends on existing leisure public spaces, considering both their quantity and quality. It means that it is not enough to quantify them, but it is also necessary to have a more detailed understanding about the quality of those spaces, and whether they fulfil the needs of the population equally. The introduction or the optimization of those spaces in urban areas is a major challenge, considering the transformation of social demands, legal limits of the State, and the real estate market influences. Therefore, the disordered city growth and the management policies, which do not always consider community needs, may affect the distribution, typology and maintenance of leisure public spaces, benefiting only a small part of the population.

Keywords: Public leisure spaces. Urban planning. Urban quality.

Lucimara Albieri de Oliveira
Faculdade de Engenharia Civil
Centro Universitário de Palmas
Av. Teotônio Segurado, 1501
Sul - Caixa Postal 160
Palmas - TO - Brasil
CEP 77054-970
Tel.: (63) 3219-8000
E-mail: lucimara@ulbra-to.br

Juan José Mascaró
Faculdade de Engenharia e
Arquitetura
Universidade de Passo Fundo
Caixa postal 566
Campus 1 - Bairro São José
Passo Fundo - RS - Brasil
CEP 90001-970
Tel.: (54) 316-8201
E-mail: juan@upf.br

Recebido em 20/05/06
Aceito em 19/07/07

Introdução

As mudanças que os assentamentos humanos provocam no meio ambiente têm sido alvo de vários estudos no sentido de entender sua inter-relação e de procurar soluções que melhorem a qualidade de vida do homem e de seu meio. Além disso, o modo de vida da sociedade e a funcionalidade das cidades têm sofrido profundas transformações devido à globalização da economia e da comunicação, gerando reflexos na estrutura física e na ambiência urbana.

As cidades têm uma dinâmica de produção contínua, tendo como atores sociais o Estado, o mercado e a sociedade civil, que, embasados em suas diferentes capacidades de influência, procuram defender seus próprios interesses e objetivos. Esse contexto urbano em transformação, de incertezas motivadas por interesses de classes individuais, por tendências socioeconômicas e por questionamentos da relação da cidade com o meio ambiente natural, reflete-se na caracterização dos espaços públicos abertos. Sendo assim, a inserção ou otimização desses espaços na malha urbana torna-se um desafio para os planejadores urbanos.

A área relativa demandada pelos espaços livres cresce com o aumento da densidade demográfica, isto é, os grandes centros e as zonas mais densamente habitadas são os que mais precisam dos benefícios proporcionados por esses espaços. Ao mesmo tempo em que a densificação pode se tornar um artifício economicamente viável para o uso do solo, principalmente na dotação das infra-estruturas e na diminuição dos deslocamentos, ela pode afetar a qualidade ambiental e a biodiversidade. Esse tema tem sido muito discutido a fim de se obter um equilíbrio que contemple as questões econômicas e ambientais.

Os espaços públicos abertos de lazer trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nesses espaços favorece psicologicamente o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade.

A qualidade de vida dos habitantes do meio urbano se garante, também, pela existência de um sistema de espaços públicos abertos de lazer. Conforme Puppi (1981), a quantidade adequada deve estar

combinada com a ordenação de um sistema, de modo que toda a população possa desfrutar dos espaços abertos públicos equitativamente, com mais ou menos a mesma facilidade de acesso. Assim como, para Bartalini (1986), os valores associados aos espaços coletivos não são excludentes, pelo contrário, é importante que estejam interligados para que esses espaços alcancem melhor desempenho dentro do sistema urbano, levando em consideração a adequação ambiental e os usuários.

Existe grande demanda por espaços abertos no meio urbano, visto que o ser humano necessita estar ao ar livre. Isso é perfeitamente visível se observarmos o interesse da população em participar de processos de implantação e melhoramentos de parques e praças por meio de abaixo-assinados e passeatas. Essa demanda, entre outras coisas, causa o aparecimento de espaços privados voltados para atividades de lazer como investimento econômico em várias cidades do país. Conforme Rolnik (1998), os espaços públicos de uso comunitário cada vez mais se resumem a espaços para circulação, seja de pedestres ou de veículos. As áreas destinadas à permanência vêm se deslocando gradativamente para espaços privados como shoppings centers ou parques. Independentemente da cidade, a parte da população mais afetada pela carência desses espaços, tanto em termos quantitativos como qualitativos, é justamente a população mais pobre, cujas possibilidades não permitem o acesso aos equipamentos e espaços de uso comunitário privados.

De forma específica, a intenção do trabalho é trazer a discussão sobre a qualidade de vida urbana para a realidade de Passo Fundo mediante a análise das áreas públicas de lazer, refletindo sobre planejamento urbano e investigando em que medida os espaços públicos de lazer podem desempenhar funções de qualificação ambiental e urbanística da cidade enquanto elementos de planejamento e desenho urbano.

Caracterização da área em estudo

Passo Fundo situa-se na região do planalto gaúcho, no norte do estado do Rio Grande do Sul, distando 280 km da capital Porto Alegre. O município possui 185.279 habitantes¹ e é um importante pólo regional em vários setores, configurando-se como

¹ Fonte: IBGE – Agência Passo Fundo – estimativa oficial para 2005.

capital do Planalto Médio Central do estado. No setor da saúde, a cidade possui um centro médico avançado e procurado regionalmente, e possui um setor comercial e industrial bem desenvolvido. No setor agrícola, é um dos principais produtores de cereais do estado, destacando-se as culturas de soja, milho e trigo. Além disso, possui um centro universitário de renome. A região apresenta clima subtropical úmido, com grande variabilidade de temperatura durante o ano, com estações do ano bem definidas (verão quente e inverno frio, e outono mais frio do que a primavera).

Historicamente, a cidade se iniciou sobre uma coxilha por onde passavam os tropeiros que, do sul, levavam gado para Curitiba, PR, e para a Província de São Paulo, constituindo-se como ponto de ligação terrestre do Rio Grande do Sul com o resto do Brasil. Os tropeiros começaram a fixar moradias construídas ao longo da estrada, então denominada de “Caminho dos Paulistas”, que hoje forma a Avenida Brasil, importante via estruturadora da cidade. Em 1857 criou-se, então, o município de Passo Fundo.

A posição geograficamente estratégica da cidade favoreceu seu crescimento e desenvolvimento. A partir da década de 1970, Passo Fundo sofreu um processo acelerado de urbanização. Conforme a Tabela 1, de 1970 a 2000 a população passou de 93.850 para 168.458, isto é, teve um acréscimo de 80%. No mesmo período, a população rural diminuiu drasticamente, de 22.981 para 4.694 habitantes. Além disso, nesses 30 anos, o município perdeu uma grande quantidade de sua área devido às emancipações de distritos (de 1.991 para 780,3 km²) e, conseqüentemente, de habitantes, ficando evidente a intensidade do processo de migração para Passo Fundo.

Houve crescimento desordenado e, como na maioria das cidades nas últimas décadas, Passo Fundo desenvolveu-se de maneira desorganizada e com graves descuidos ambientais. As infra-estruturas básicas não eram suficientes para suprir a demanda. Os meios para o planejamento e o controle da cidade, como planos diretores, tornaram-se inadequados e obsoletos, provocando uma degradação ambiental cujo aspecto mais evidente está relacionado com o uso da terra. O estudo investiga como foram tratados os espaços públicos de lazer ao longo desses anos e como eles se configuram hoje, objetos de tal importância para a qualidade urbana.

Aspectos metodológicos

A pesquisa foi feita na cidade de Passo Fundo, delimitada pelas rodovias BR-285 ao norte, Avenida Perimetral Coronel Jarbas Quadros da Silva (Perimetral Leste) e Avenida Perimetral Deputado Guaracy Marinho ao Sul, seguindo para o oeste, além da delimitação do perímetro urbano, tendo como objeto de estudo os espaços públicos de lazer.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa cadastral das áreas de lazer através de mapas e registros (projetos) na Prefeitura de Passo Fundo. Em seguida, foi feito um levantamento de campo que gerou o registro atualizado dessas áreas, com fichas cadastrais contendo sua descrição e aspectos quantitativos e qualitativos em relação à infraestrutura, equipamentos e mobiliário urbano, além de registros fotográficos.

Os espaços foram classificados conforme sua tipologia: parque, praça, largo e terreiro. Essa classificação foi resultado de uma compilação de conceitos revisados de alguns autores, como Corona et al. (1998), Drew (1993), Ferreira (2003), Kliass (1993), Lamas (1990), Phillips (1993), Rigotti (1960), Robba et al. (2003) e Romero (2002), resultando no seguinte critério para ser utilizado no presente trabalho: a praça é um espaço aberto público cercado de ruas por todos os lados, concebido como espaço intencional de encontros sociais e atividades de lazer. O canteiro central de avenida com equipamentos de lazer não é praça porque ele tem primazia perante os objetivos de trânsito. O terreiro também não é praça por se configurar como um espaço reduzido, muitas vezes residual, e não ter uma intencionalidade de desenho no traçado urbano como praça, já que são espaços formados por um, dois ou três terrenos do loteamento. O parque se diferencia da praça em dois pontos: na dimensão e na referência à natureza. Enquanto o parque tem como objetivo aproximar o homem da paisagem natural, sendo necessários grandes espaços cobertos de vegetação, a praça tem primazia na sua função social, de encontros e acontecimentos sociais, onde o verde pode ou não estar presente.

A partir dessa classificação foi feito um mapeamento tipológico, o que permitiu a análise da distribuição espacial dos espaços públicos de lazer em Passo Fundo, conforme sua tipologia, com a sobreposição de mapas de evolução urbana e densidade demográfica.

Ano	População total	População urbana	População Urbana (%)	Área (km ²)
1950	102.587	31.929	31,12	4.384
1960	93.179	50.559	54,26	3.224
1970	93.850	70.869	75,51	1.991
1980	121.156	105.468	87,05	1.991
1990	147.318	137.288	93,19	1.590,3
2000	168.458	163.764	97,21	780,3

Fonte: IBGE – Agência Passo Fundo

Tabela 1 - População e área de Passo Fundo

Foram calculadas as dimensões de cada espaço, em metragem quadrada, através do mapa digital de Passo Fundo fornecido pela prefeitura. As áreas foram agrupadas conforme sua tipologia, tamanho ou localização, gerando tabelas de análise quantitativa e distributiva. Foi calculado, também, o índice de espaços públicos de lazer por habitante (m²/hab.) por bairros, que complementou o estudo da distribuição espacial na malha urbana.

Por fim, foi feita uma análise qualitativa dos espaços públicos de lazer através da análise dos projetos, levantamento *in locu* dos equipamentos existentes, como bancos, luminárias, calçamentos, ajardinamentos, monumentos, chafarizes, *playgrounds*, quadras para esportes, entre outros, além do estado de conservação e manutenção.

Resultados

A pesquisa teve como resultado o diagnóstico de Passo Fundo em relação aos espaços públicos de lazer, explorando questões quantitativas, qualitativas e de distribuição espacial na malha urbana.

Análise quantitativa dos espaços públicos de lazer

Passo Fundo possui hoje um índice de 1,08 m²/hab.¹ de espaços públicos de lazer divididos em quatro categorias – parque, praça, terreiro e canteiro –, totalizando 37 unidades. Conforme a Tabela 2, percebe-se que o maior índice se concentra nas praças (0,43 m²/hab.), seguido do único parque urbano da cidade (0,32 m²/hab.). Porém, a maior quantidade de espaços existentes são os canteiros de avenida (17 unidades), com um índice de 0,25 m²/hab. Essa curiosidade nos revela uma peculiaridade de Passo Fundo, onde a população se apropriou dos canteiros das avenidas para o lazer, e o poder público os equipou como tal

(Figura 1 e 3). Dos 17 canteiros selecionados na pesquisa com uso para lazer, 15 estão nos trechos mais largos da Avenida Brasil, principal avenida da cidade, que abriga alta densidade de comércio e serviços, corta a malha urbana de leste a oeste e recebe tanto o tráfego de passagem quanto o local. Esses canteiros variam entre 22 e 35 metros de largura.

Outra observação feita através da Tabela 2 é que, apesar de existir quase a mesma quantidade de praças e terreiros (10 e 9, respectivamente), os índices são extremamente diferentes (0,43 e 0,07 m²/hab.). Portanto, a área (m²) dos terreiros é muito menor que a das praças, isto é, são subdimensionadas quando é feita a comparação entre eles.

Para analisar de uma maneira mais detalhada a dimensão dos espaços em estudo, elaborou-se a Tabela 3, em que foram definidas três categorias de tamanho. Os tamanhos foram definidos a partir de um estudo da quadra padrão de Passo Fundo, existindo praças que ocupam de meia quadra a uma quadra. Uma quadra padrão tem entre 900 e 1.200 m². Portanto, os limites foram fixados entre meia quadra do menor valor (4.500 m²) e o valor maior.

Verificou-se que a grande maioria dos espaços analisados possui tamanho menor do que meia quadra padrão, isto é, 29 unidades de um total de 37. Essa categoria inclui todos os terreiros e a grande maioria dos canteiros, confirmando o subdimensionamento espacial dessas duas tipologias. Cinco praças e apenas um canteiro possuem um dimensionamento entre meia quadra e uma quadra padrão; acima disso, apenas duas unidades (o parque e uma praça). Em uma análise da somatória das áreas dessas quatro categorias (última coluna da Tabela 3), percebe-se também a presença marcante de áreas abaixo de 4.500 m², onde a somatória quase que se equivale em valores numéricos às das outras categorias.

¹ O índice obtido foi feito com base nos dados colhidos das áreas em 2004 para a pesquisa, e a população urbana usada para o cálculo foi conforme o censo de 2000. Portanto, o índice real pode ser um pouco menor devido ao provável acréscimo de população urbana entre 2000 e 2004.

Classificação	Unidades - %			Área (m²) - %		Índice (m²/hab)	
Praça	10	-	27,0%	71.065	-	40,2%	0,43
Parque	1	-	2,7%	53.200	-	30,1%	0,32
Canteiro	17	-	46,0%	41.440	-	23,5%	0,25
Terreiro	9	-	24,3%	11.014	-	6,2%	0,07
Total	37	-	100%	176.719	-	100%	1,08

Tabela 2 - Quantificação dos espaços públicos de lazer conforme sua classificação

Tamanho	Unidades (classificação)	Área (m²)
< 4.500 m²	29 (4 PR, 16 C, 9 T)*	55.163,38
Entre 4.500 e 12.000 m²	6 (5 PR, 1 C)*	52.693,28
> 12.000 m²	2 (1 PA, 1 PR)*	68.862,34
Total	37 (1 PA, 10 PR, 17 C, 9 T)	176.719,00

* Abreviações – PA (parque), PR (praça), C (canteiro), T (terreiro).

Tabela 3 - Quantificação dos espaços públicos de lazer conforme seu dimensionamento



Figura 1 - Canteiro central da Avenida Brasil equipado para o lazer

Análise da distribuição espacial dos espaços públicos de lazer

Passo Fundo possui uma distribuição espacial tradicional no sentido de que a região central é mais valorizada e agrupa pessoas de maior renda, e a periferia abriga as pessoas menos favorecidas economicamente. O processo de desvalorização do centro e o seu conseqüente esvaziamento, como acontece em determinadas cidades brasileiras, ainda não foram verificados na cidade, talvez por seu porte médio ainda permitir qualidade de infraestrutura e facilidades de deslocamento na região

central. Apesar de não ser o foco do estudo, esse panorama traz a realidade local para estabelecer parâmetros de análise.

O mapeamento da Figura 2 demonstra os índices parciais da quantidade de espaços públicos de lazer por habitante nos bairros² de Passo Fundo. A área 1 (centro) é a área mais antiga e de maior densidade populacional de Passo Fundo, sendo

² Esta divisão é extra-oficial e foi confeccionada pelo IBGE, agência Passo Fundo, e está em tramitação nos órgãos públicos para aprovação, pois hoje a cidade não possui uma divisão oficial de bairros.

visivelmente a mais provida de espaços públicos de lazer, chegando a alcançar um índice bem mais elevado do que o restante. Percebe-se que os índices vão decaindo conforme os bairros vão se distanciando do centro, chegando ao índice zero em vários bairros periféricos.

Fica claro que o projeto urbanístico que direcionou o desenvolvimento do centro da cidade tinha maiores preocupações com os espaços públicos abertos do que nos dias de hoje. Os loteamentos que foram surgindo ao redor do núcleo central ficaram reféns do mercado imobiliário, que visa comercializar o máximo de áreas de terreno, diminuindo, para isso, as áreas públicas. O poder público foi complacente no momento em que deixou de adotar estratégias que favoreçam o interesse coletivo para melhorar a qualidade da cidade, como exigir espaços públicos para implantação de praças que estejam distribuídos na malha urbana de maneira acessível a toda a população.

O mapeamento tipológico abaixo (Figura 3) apenas vem reforçar as conclusões citadas acima. Percebe-se que existe uma concentração das praças na área central da cidade, algumas praças menores mais afastadas do centro e uma tendência de criação de terreiros nas zonas periféricas, como uma tentativa do poder público de suprir a deficiência de infraestrutura e equipamentos urbanos em terrenos pequenos com um custo mínimo de implantação e manutenção, comprometendo a qualidade ambiental urbana.

Análise qualitativa dos espaços públicos de lazer

Foi realizado um estudo qualitativo dos espaços públicos de lazer através da análise dos projetos e levantamentos *in locu* dos equipamentos existentes em cada área e suas condições de conservação. Os projetos das praças centrais são mais elaborados do que os das praças periféricas, com preocupações de traçado dos caminhos, composições paisagísticas, localização estratégica de monumentos e chafarizes, cuidados na distribuição dos bancos e da iluminação noturna. A qualidade da estrutura física e a variedade dos equipamentos são superiores do que nas zonas periféricas (Figuras 4 e 5).

Já nos espaços mais distantes da região central, além da escassez ou da inexistência dos equipamentos, os que existem geralmente estão quebrados, faltam pinturas, manutenção do piso e do *playground* (Figuras 6 e 7). São locais escuros, e o corte da grama é realizado em intervalos de tempo distantes, o que resulta em um aspecto degradante, ocasionando o mau uso ou o não-uso desses espaços. Eles são transformados em locais marginalizados, perigosos e freqüentados para o uso de drogas que, ao invés de melhorar a qualidade urbana de seu entorno, têm o efeito contrário e colaboram para a discriminação e desvalorização do bairro em que se encontram.

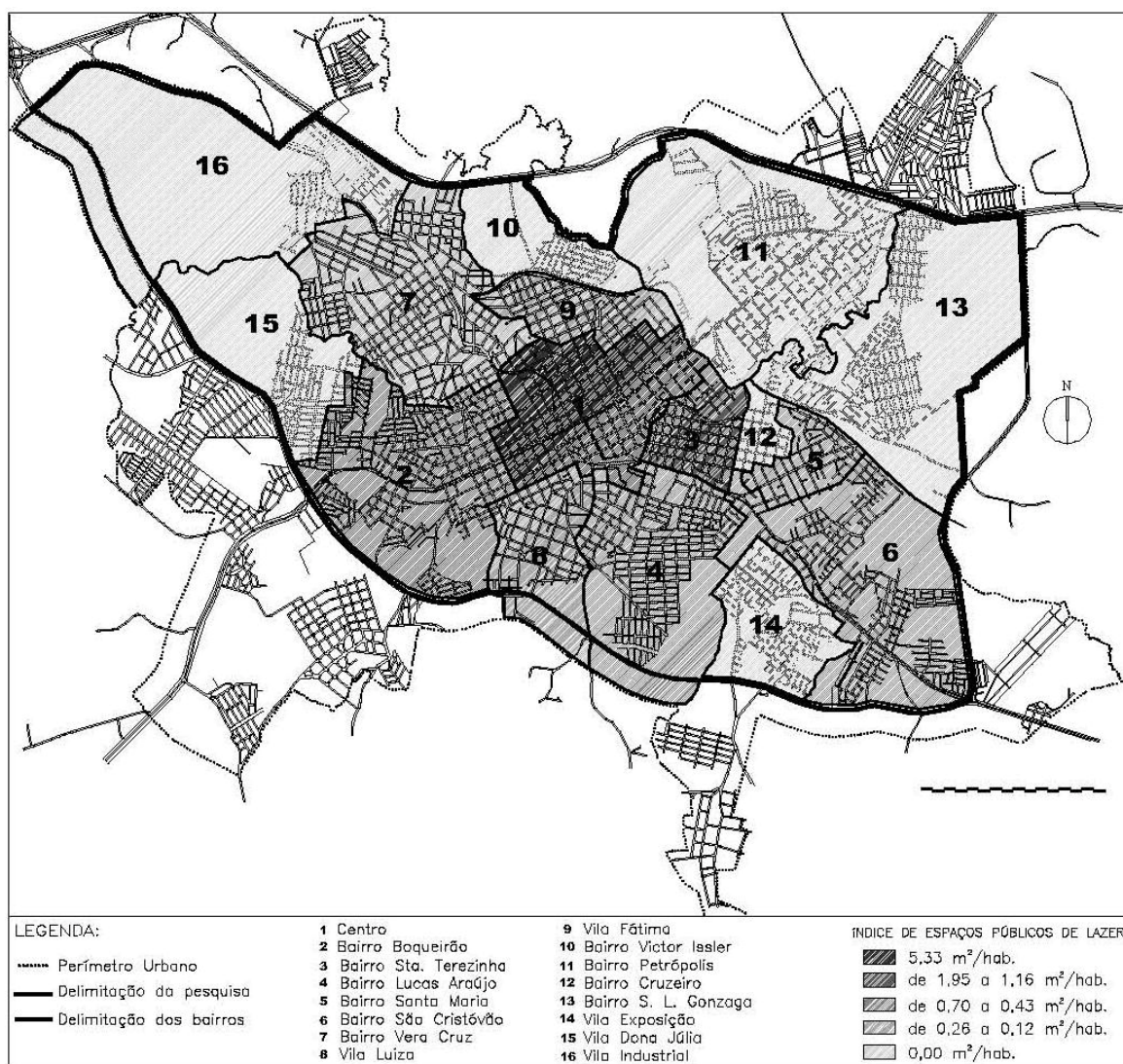


Figura 2 - Delimitação dos bairros com diferenciação dos índices de espaços públicos de lazer por habitante

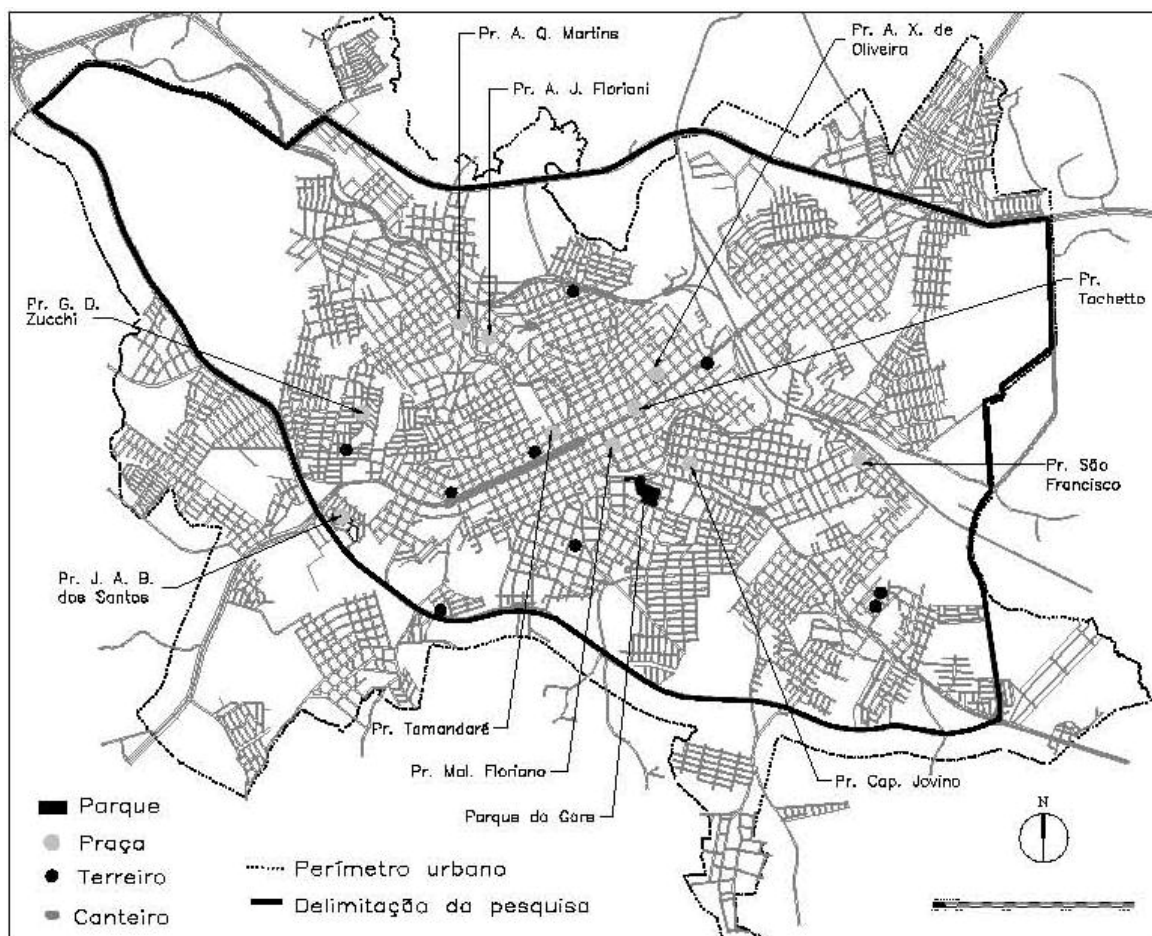


Figura 3 - Mapeamento tipológico dos espaços públicos de lazer



Figura 4 - Praça Tamandaré no centro da cidade



Figura 5 - Praça Tochetto no centro de Passo Fundo



Figura 6 - Praça em bairro periférico de Passo Fundo (Bairro Boqueirão) com infra-estrutura precária e falta de manutenção



Figura 7 - Praça em bairro periférico de Passo Fundo (Vila Nova), onde o mato predomina na paisagem da praça

Conclusões

A dinâmica e o desenvolvimento das cidades e a capacidade para assegurar sua sustentabilidade resultam hoje do interesse dos mais diversos agentes – políticos, entidades públicas e privadas, sociedade civil – para gerir o processo de urbanização que deve ter o objetivo de proporcionar qualidade de vida aos seus habitantes. O trabalho buscou questionar a adequação do desenvolvimento urbano de Passo Fundo a partir da avaliação da qualidade urbana sob a ótica das praças.

No Brasil, a função social da praça tem uma profundidade que se destaca devido ao contexto histórico-político do país. A desarticulação e a falta de interesse do poder público ante o planejamento urbano e a dotação de infra-estrutura trazem à tona a carência, o contraste de renda entre as diferentes classes econômicas e a exclusão social, sendo a praça um elemento essencial nesse jogo de interesses que pode ser usada tanto para socializar quanto para segregar. A praça brasileira é, então, um espaço de construção da cidadania e de encontro político de interesse social.

As praças antigas que estão localizadas no centro de Passo Fundo possuem um traçado projetual de maior qualidade do que as existentes na periferia, além de possuírem, na sua maioria, maiores dimensões. São praças mais bem equipadas para o uso e estão em melhor estado de conservação. As diretrizes iniciais do planejamento de Passo Fundo tinham maior preocupação em estruturar a cidade com qualidade espacial no que tange à dotação de praças para o lazer da população. A medida que o solo foi sendo ocupado ao redor do núcleo central de origem, foi diminuindo a quantidade de praças e foram surgindo espaços menores alocados em

poucos terrenos do loteamento, sem preocupações projetuais com o traçado formal da malha urbana.

Os bairros mais periféricos ficam esquecidos, à margem da sociedade. Muitos bairros de Passo Fundo não possuem esses espaços e, quando possuem, falta a infra-estrutura e a manutenção adequadas para que a população usufrua esse ambiente de recreação e de lazer. Assim, eles se transformam em espaços marginalizados que causam insegurança nas pessoas que moram ou passam em suas proximidades, além de desvalorizar o bairro em que eles se inserem. A intensidade de uso dos espaços públicos está diretamente ligada às condições de manutenção e de conservação, assim como da qualidade espacial em relação aos equipamentos e mobiliários urbanos existentes.

Outra conclusão do trabalho é que a ocupação dos canteiros centrais de avenida se mostra como um indicador da demanda por espaços públicos de lazer em Passo Fundo. Os habitantes buscam as áreas existentes sem pensar na inadequação e na periculosidade da existência de vias de fluxo de veículos em alta velocidade que passam bem ao lado, pois a Avenida Brasil é uma via de comércio e serviço intenso, e liga a cidade de leste a oeste. Nesse caso, como em muitos outros, o poder público é complacente.

O planejamento urbano de Passo Fundo apresenta muitas falhas em relação aos espaços públicos de lazer, principalmente nas áreas que se distanciam da região central da cidade. Para atender a população menos favorecida, o poder público tem usado artifícios para “maquiar” situações, como, por exemplo, a implantação de terreiros nas periferias como forma de mostrar que seus habitantes estão supridos de áreas públicas de lazer. Porém, qual a qualidade desses espaços?

Eles são suficientes ou adequados? Eles estão atendendo a toda a população? Infelizmente, a resposta é “não”.

Deve-se, portanto, atentar para as áreas onde a urbanização está se intensificando ou se expandindo para que se retome o controle da ocupação da terra com vista a melhorar a qualidade urbana. O poder público deve adotar estratégias para distribuir espaços públicos coletivos com qualidade e de maneira igualitária, analisar o traçado dos novos loteamentos e exigir áreas nobres para a instalação de praças, dotá-las de equipamentos de lazer e fazer manutenção periódica, além de qualificar os espaços já existentes, pois, da maneira como vem acontecendo, eles não têm cumprido o papel de qualificadores ambientais e urbanísticos.

Referências

BARTALINI, V. **Áreas verdes e espaços livres urbanos**: paisagem e ambiente. São Paulo: Ensaio, 1986.

BUSTOS ROMERO, M. A. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: UnB, 2001.

CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Companhia das Artes, 1998.

DREW, Philip. **La realidad del espacio**: la arquitectura de Martorell, Bohigas, Mackay, Puigdomènech. Barcelona: GG, 1993.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

KLIASS, Rosa Grená. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1990.

PHILLIPS, Alan. **Lo mejor em arquitectura recreativa y espacios públicos**. London: Rotovision, 1993.

PUPPI, I. C. **Estruturação sanitária das cidades**. São Paulo: CETESB, 1981.

RIGOTTI, G. **Urbanística**: la técnica. Barcelona: Labor, 1960.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras [Public squares in Brazil]**. São Paulo: Edusp, 2003.

ROLNICK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.